



79

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO**

**Embargos Declaratórios em Recurso de Agravo nos autos da  
Apelação Cível 306069-9**

**Embargante:** Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

**Procurador:** Rosineide Gonçalves de Andrade

**Embargado:** Josenildo Barbosa de Souza

**Advogado:** Rivadávia Nunes de Alencar Barros Neto

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL, ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM RECURSO DE AGRAVO NOS AUTOS DA APELAÇÃO CÍVEL. BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU AUXÍLIO-ACIDENTE. DESNECESSÁRIO O PRÉVIO INGRESSO NA VIA ADMINISTRATIVA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS IMPROVIDOS POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. O inconformismo do embargante reside contra os termos do Acórdão de fls. 54/55, proferido nestes autos de Apelação Cível, que, sob a óptica do embargante, incorreu em omissão ao negar provimento ao Recurso de Agravo para manter a decisão terminativa desta Relatoria, a qual anulou a sentença recorrida, determinando a baixa dos autos ao juízo de origem para que o feito prosseguisse em seus ulteriores termos.

2. Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento inserto no artigo 535, do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

3. A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, de maneira clara e coesa, contudo de maneira contrária à pretensão da parte ora embargante, que, inconformada, utilizou os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no



80

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO**

art. 535, do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida. No tocante às omissões apontadas, não merecem acolhida, uma vez que o Julgador possui a faculdade de apreciar as provas livremente e, formado o seu juízo de valor, decidir conforme o que ele entender por Direito e por Justiça.

4. Afastadas as situações em que se fincam os presentes embargos de declaração, persiste apenas o intuito expresso de que o seu manejo objetiva prequestionar a matéria legal, para ensejar a interposição do recurso previsto na Carta Magna.

5. Embargos de Declaração conhecidos tão somente para fins de prequestionamento acerca do disposto nas seguintes normas constitucionais: art. 2º e 5º, XXXV, da CF.

6. Recurso improvido, decisão por unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes Embargos de Declaração em Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 306069-9, acima descritos, acordam os Desembargadores que integram a 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 03/10/2013, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, tão somente para fins de prequestionamento, porém, negando-lhe provimento, nos termos do Voto do Relator e dos demais termos proferidos neste julgamento, que fazem parte integrante do mesmo.

P. I.

Recife, 03/10/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



81

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO**

**Embargos Declaratórios em Recurso de Agravo nos autos da  
Apelação Cível 306069-9**

**Embargante:** Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

**Procurador:** Rosineide Gonçalves de Andrade

**Embargado:** Josenildo Barbosa de Souza

**Advogado:** Rivadávia Nunes de Alencar Barros Neto

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos contra os termos do Acórdão de fls. 54/55, proferido nestes autos de Apelação Cível, que, sob a óptica do embargante, incorreu em omissão ao negar provimento ao Recurso de Agravo para manter a decisão terminativa desta Relatoria, a qual anulou a sentença recorrida, determinando a baixa dos autos ao juízo de origem para que o feito prosseguisse em seus ulteriores termos.

O recorrente opôs os presentes embargos de declaração alegando, em suas razões de fls. 68/72, que o aresto embargado foi omissivo, na medida em que não se manifestou acerca das seguintes normas constitucionais: art. 2º e 5º, XXXV, da CF.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhes regular processamento, para sanar as omissões alegadas, operando-se efeitos infringentes, e prequestionar a matéria versada nos autos.

É o relatório.

Recife, 03 / 10 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**Relator**



82

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO**

**Embargos Declaratórios em Recurso de Agravo nos autos da  
Apelação Cível 306069-9**

**Embargante:** Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

**Procurador:** Rosineide Gonçalves de Andrade

**Embargado:** Josenildo Barbosa de Souza

**Advogado:** Rivadávia Nunes de Alencar Barros Neto

**VOTO**

O inconformismo do embargante reside contra os termos do Acórdão de fls. 54/55, proferido nestes autos de Apelação Cível, que, sob a óptica do embargante, incorreu em omissão ao negar provimento ao Recurso de Agravo para manter a decisão terminativa desta Relatoria, a qual anulou a sentença recorrida, determinando a baixa dos autos ao juízo de origem para que o feito prosseguisse em seus ulteriores termos.

A seguir, transcrevo a decisão ora embargada:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL, ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU AUXÍLIO-ACIDENTE. DESNECESSÁRIO O PRÉVIO INGRESSO NA VIA ADMINISTRATIVA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nestes autos de Apelação Cível, que, com base no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento ao recurso a fim de anular a sentença recorrida, determinando a consequente baixa dos autos ao juízo de origem para que o feito viesse a prosseguir em seus ulteriores termos. 2. É defeso vincular a provocação do Judiciário a prévio requerimento ou exaurimento da via administrativa, sob pena de se criar uma jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, o que foi abolido pela Constituição da República, excetuando-se, tão-somente, questões envolvendo a Justiça Desportiva, na forma do que preconiza seu art. 217, § 1º, o que não vem a ser o caso. 3. Precedentes do STJ e STF: AgRg no AREsp 304348/SE, AgRg no AREsp 242008/PR, AgRg no REsp 1142010/PR, AgRg no Ag 1243793/PR, RE 548676 AgR/SP, RE 549238 AgR/SP e AI 525766/GO. 4. Recurso de agravo a que se nega provimento de forma unânime. ACÓRDÃO Visto, relatado e discutido o presente Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 306069-9, acima descrito, em sessão realizada no dia 05/09/2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste



83

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO**

Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do Relatório e do Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado. P.R.I. Recife, 05/09/2013.

É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No caso *sub examine*, não vislumbro qualquer omissão a macular a decisão embargada, devendo, portanto, manter-se incólume pelos seus próprios fundamentos.

É que, segundo a inteligência do art. 535, do CPC, destinam-se os Embargos de Declaração a eliminar contradições existentes entre disposições da própria decisão, e não entre a tese defendida pela parte e o resultado do julgamento, como pretende a parte embargante com o presente recurso.

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, de maneira clara e coesa, contudo de maneira contrária à pretensão da parte ora embargante, que, inconformada, utilizou os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535, do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida. No tocante às omissões apontadas, não merecem acolhida, uma vez que o Julgador possui a faculdade de apreciar as provas livremente e, formado o seu juízo de valor, decidir conforme o que ele entender por Direito e por Justiça.

Afastadas as situações em que se fincam os presentes embargos de declaração, persiste apenas o intuito expresso de que o seu manejo objetiva prequestionar a matéria legal, para ensejar a interposição do recurso previsto na Carta Magna e mesmo diante de tal revelação, renovo o entendimento de que as figuras expressas no



84

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO**

art. 535, do CPC, não se acham refletidas sobre o acórdão embargado.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre que deva pronunciar-se esta Sodalícia Câmara, conheço os presentes embargos declaratórios tão somente para fins de prequestionamento acerca do disposto nas seguintes normas constitucionais: art. 2º e 5º, XXXV, da CF, no entanto, nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 13 / 10 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**

